

NACIONALISMO, SIONISMO E ANTI-SEMITISMO

A PROPÓSITO DE "EM DISPARADA RUMO A BELÉM",
DE PERRY ANDERSON

Paul Singer

RESUMO

Trata-se de um comentário crítico sobre o artigo do historiador Perry Anderson intitulado "Em disparada rumo a Belém" (também publicado neste número da revista), que discute o conflito entre árabes e judeus em torno da Palestina. O autor argumenta que esse trabalho de Anderson, embora constitua contribuição inovadora e valiosa para o entendimento da questão, está prejudicado por um viés pró-palestino, o qual é identificado e rebatido em seus pontos mais salientes, e por uma leitura que não contempla a via da reconciliação como passo necessário para uma justa solução do conflito.

Palavras-chave: nacionalismo, sionismo; anti-semitismo; Perry Anderson.

SUMMARY

This is a critical commentary on the discussion of the conflict between Arabs and Jews over Palestine as drawn in Perry Anderson's article, "Scurrying towards Bethlehem" (which also appears in this issue). The author contends that the work of Anderson, though constituting an innovative and worthwhile contribution to the understanding of the question, shows a twofold handicap: through its pro-Palestinian bias, here identified and refuted in its most salient points, and through an approach that does not come to terms with reconciliation as a necessary step towards a just solution to the conflict.

Keywords: nationalism, Zionism; anti-Semitism; Perry Anderson.

"Em disparada rumo a Belém" é um excelente relato histórico do conflito entre judeus e árabes pela Terra Santa, infelizmente prejudicado pelo viés pró-palestino do autor. Perry Anderson é um grande historiador, possuidor de imensa cultura, e a ampla bibliografia citada no artigo demonstra que ele levou a tarefa a sério e estudou em profundidade a questão. Por isso, apesar do prejuízo causado pela parcialidade da abordagem, o trabalho de Anderson é uma contribuição valiosa para um melhor entendimento desse infundável conflito, que já se estende por oitenta anos pelo menos.

O texto começa por conceituar o conflito como

um choque entre dois nacionalismos, da espécie de que o último século se viu repleto. Sua peculiaridade reside numa assimetria entre os

antagonistas. A consciência nacional palestina cristalizou-se tarde, a partir de uma identidade árabe expandida depois da catástrofe [...] que se abateu sobre a comunidade em 1948, quando foi massacrada por milícias judias, fã o nacionalismo judeu [...] adquiriu forma organizada na virada do século. O movimento sionista fundado por Herzl foi uma variedade do nacionalismo étnico do século XIX na Europa Central e Oriental, onde encontrou sua massa de adeptos— um típico exemplo do despertar de povos divididos ou oprimidos daquela região antes e depois da I Guerra Mundial.

A caracterização parece justa e equilibrada, mas será olvidada no desenvolvimento do argumento.

Em seguida Anderson relata a histórica Declaração Balfour de 1917, atribuindo-lhe o patrocínio britânico da construção do lar judaico na Palestina, cujo protetorado assumiu após o fim da guerra. Ao referir-se à simpatia de muitos cristãos ingleses pelo sionismo, o autor diz:

Essa corrente do sionismo cristão, ciosa de uma descendência ilustre que remontava ao século XVII, constituiu um essencial background para o escudo estendido pela elite imperial britânica sobre a constituição de colônias judias na Palestina, tão logo a Grã-Bretanha consolidou seu controle sobre a região em Versalhes. Em 1918 havia na Palestina cerca de 700 mil árabes e 60 mil judeus. Vinte anos depois, eram 1.070 mil árabes e 460 mil judeus.

Essa conclusão distorce o papel muito mais ambíguo da potência mandatária, que procurou conciliar árabes e judeus restringindo a imigração dos últimos no momento em que Hitler estava desenraizando os judeus da Alemanha e dos países que ia ocupando, reunindo-os em seguida em campos de concentração para finalmente aplicar-lhes a notória Solução Final. O próprio Anderson reconhece algo nesse sentido ao escrever:

Tensões sobrevieram assim que Londres, buscando abrandar o descontentamento árabe, tentou restringir a imigração judia em melo ao recrudescimento da perseguição nazista na Alemanha. [...] o Irgun [acabou] deflagrando uma insurreição contra a Grã-Bretanha em 1944— o que despertou a fúria de Ben Gurion, cujas forças colaboraram com os britânicos para dominá-la. A continuação dos controles da imigração depois de 1945, quando a cabal iniquidade do destino dos judeus europeus sob os nazistas veio a lume, forçou o Haganá a aderir à estratégia do Irgun. Por um ano a Grã-Bretanha se confrontou com uma desenfreada revolta de colonos[...].

É óbvio que a teoria do escudo é no mínimo parcial, omitindo o fato de que se o poder mandatário tivesse aberto as portas da Palestina à imigração judia certamente milhões de vidas teriam sido salvas. Os nazistas nunca se opuseram à emigração dos judeus e provavelmente teriam visto com favor a sua expulsão da Europa. Mas país algum aceltou receber refugiados (apesar de uma iniciativa fracassada de Roosevelt), de modo que todos os governos da época, o britânico inclusive, de alguma maneira foram co-responsáveis pelo Holocausto, o que não retira qualquer parte da culpa dos carrascos de Hitler. Mas esse lado da questão é ignorado por Anderson.

O argumento implícito do autor está nos dados demográficos citados acima. Entre 1918 e 1938 o número de judeus multiplicou-se por mais de sete, e o de árabes por quase 1,8. Acontece que em termos de aumento absoluto essa diferença desaparece: o total de judeus aumentou de mais 400 mil, e o de árabes de mais 370 mil. Mesmo considerando que o crescimento vegetativo dos árabes fosse maior do que o dos judeus (não há certeza a respeito), é indiscutível que houve imigração líquida tanto de judeus quanto de árabes nesse período. O fato está registrado em muitos relatos do período. O que ocorreu é que a "colonização sionista" trouxe progresso econômico à Palestina, atraindo imigrantes árabes ao país — o que atrapalha a imagem que Anderson apresenta de uma população nativa agredida pela penetração de assentamentos de outro povo.

Vejamos como a reação dos palestinos é retratada:

O poder colonial britânico foi a condição absoluta da colonização judia. Sem a força blindada da polícia e do exército britânicos, a maioria árabe— 90% da população local— teria estancado a edificação sionista em suas bases, depois da I Guerra. O sionismo dependeu completamente da violência do Estado imperial britânico para medrar. Quando a população árabe por fim se deu conta da extensão da penetração judia, sublevou-se numa revolta em massa que perdurou de abril de 1936 a maio de 1939 — historicamente, a primeira e a maior das intifadas.

O falso em tudo isso é que a população árabe não se opunha em sua totalidade à vinda dos judeus. Muitos venderam suas terras aos recém-chegados. Os primelros levantes árabes contra os judeus ocorreram em 1920 e 1921, e foram respondidos na mesma moeda. Seguiram-se outros, não sendo os de 1936-39 os primelros. Mas o pior é atribuir estes à "população árabe", como se toda ela estivesse envolvida, o que de modo algum deve ter sido verdade. Anderson pinta como uma revolta popular o que sob muitos aspectos foi uma série de *pogroms*, de ataques à população civil judia, vitimando homens e mulheres, velhos e crianças. E liderados pelo notório mufti de Jerusalém, um aliado de Hitler e como tal anti-semita. Tudo isso falta no relato de Anderson.

Na verdade, nem todos os judeus eram sionistas e nem todos os árabes eram contrários à vinda dos judeus. Pode-se supor que a maioria dos árabes se opusesse à sua expulsão para que em *Eretz Israel* se erguesse um Estado judeu puro. Essa posição, no entanto, não era compartilhada por todos os sionistas. Anderson ignora que o Hashomer Hatzair, um importante movimento juvenil sionista, que ergueu a federação Kibutz Artzi em Israel, defendia um estado binacional na Palestina, compartilhado por judeus e árabes. Essa posição não era majoritária e o crescente antagonismo entre os dois povos certamente foi importante para inviabilizá-la.

Para Anderson, a partilha da Palestina foi obra dos Estados Unidos, que coagiram e subornaram governos para que a proposta obtivesse os votos necessários à sua aprovação. Ele relata que a

chegada das notícias sobre a resolução das Nações Unidas desencadeou um levante palestino espontâneo que foi esmagado em seis meses pelo Ishuv enquanto forças britânicas apertavam o cerco, assegurando que nenhum exército árabe interviesse.

Naquela ocasião os árabes eram mais de dois terços da população do país, pois mesmo os sobreviventes do Holocausto, quando tentavam alcançar a Terra Santa, eram enviados a Chipre. Por que a esmagadora maioria de que dispunham os árabes não lhes garantiu a vitória? Anderson não faz a pergunta, embora manifeste a certeza de que em 1918, não fossem as armas britânicas, os árabes teriam estancado a colonização sionista em virtude de sua superioridade numérica. A resposta mais provável a essa pergunta é que a maioria da população árabe da Palestina não participou do "levante palestino espontâneo". O levante foi esmagado porque a mobilização do *Ishuv* foi maior.

Para Anderson, a partilha foi uma imposição imperialista para proteger o empreendimento sionista, o que no mínimo é uma simplificação leviana. O que teria ele proposto? Entregar o país inteiro à sua maioria *árabe*? Isso teria levado ao confronto entre as duas comunidades, que de fato ocorreu antes da retirada dos britânicos, com o esmagamento dos árabes pelos judeus. Se ninguém pudesse intervir, a Palestina inteira teria virado Israel. E mesmo se os exércitos árabes pudessem intervir, como aconteceu após a saída das tropas britânicas, os judeus venceriam também, como venceram. E eles só não ficaram com o país inteiro por causa da "maldita" partilha engendrada pelos imperialistas...

A Guerra da Independência de Israel, em que o Haganá venceu os exércitos de todos os vizinhos árabes ao mesmo tempo, é despachada por Anderson em duas frases: "Com a partida dos britânicos foi declarado o Estado de Israel, e exércitos árabes avançaram tardiamente. Inferiorizados em número e em armamento pelas Forças de Defesa de Israel, foram desbaratados no início de 1949". Isso é literalmente tudo o que o autor tem a dizer.

As linhas seguintes ele dedica ao acordo secreto entre a liderança do *Ishuv* e o rei da Jordânia, que entregou a este a Margem Ocidental do Jordão, e à expulsão de cerca de 700 mil árabes pelos exércitos vitoriosos, o que deu origem ao atual problema dos refugiados palestinos.

A Guerra da Independência e seu surpreendente resultado não mereceram mais do que tal menção porque explodem o mito da mobilização árabe contra os judeus. Se faltavam armas aos palestinos, os exércitos invasores as tinham em abundância e podiam tê-las cedido, se houvesse disposição para a luta. Mas era improvável que os camponeses árabes tivessem o menor desejo de lutar e morrer por um país — a Palestina — que ainda não havia nascido e pelo qual ninguém se havia empenhado. A vitória sionista não pode ser explicada por superioridade em contingente ou em armamentos, mas em empenho: os assentamentos judeus não tinham para onde recuar e por isso lutaram com a coragem dos desesperados contra tropas árabes de países limítrofes cujas ambições territoriais não devem ter tido apoio popular.

Seja como for, a questão importante é a expulsão dos árabes, um assunto controverso porque muitos sustentam que uma grande parte deles saiu voluntariamente, para não ser colhida no fogo cruzado das batalhas. Anderson, sem se preocupar com provas históricas, liquida a questão com seu viés costumeiro:

Desde meados dos anos 1930 o sionismo tacitamente presumira a limpeza dos árabes de sua terra eleita por despejo à força, já que a presença destes era incompatível com o almejado Estado nacional homogêneo e desde então estava claro que não havia possibilidade de comprar a parte deles. Extra-oficialmente os líderes sionistas não dissimulavam essa lógica. Quando a chance apareceu, eles a aproveitaram. Debandadas árabes locais os favoreceram, mas o medo que as impeliu foi produto das matanças e expulsões na guerra deflagrada pelos altos comandos sionistas, na qual massacre, pilhagem e intimidação foram instrumentos políticos para espalhar o terror na população-alvo.

Não estudel as provas existentes a respeito dessa controvérsia, apenas registro que Anderson tampouco as apresenta. O que ele faz é tecer considerações morais, destituídas de fundamentos fatuais:

Até hoje o manto do judeocídio recobre as ações do Estado sionista aos olhos não só da população israelense ou dos judeus da diáspora, mas da opinião pública ocidental em geral. Historicamente, porém, houve pouca ou nenhuma conexão entre uma coisa e outra. Em 1947 os combatentes do Haganã e do Irgun estavam bem conscientes do que havia acontecido aos judeus capturados na Europa nazista, mas não

teriam agido de outra forma nem mesmo que cada compatriota seu tivesse sido salvo. Os objetivos sionistas estavam bem estabelecidos antes que Hitler subisse ao poder, e não foram alterados por ele. Ben Gurion disse certa vez que estava disposto a sacrificar a vida de metade das crianças judias da Alemanha, se tal fosse o preço para trazer a outra metade para a Palestina, em lugar de levá-las todas a salvo para a Inglaterra. Em muito menor conta estava o destino dos árabes, crianças ou adultos. A meta de um Estado nacional judeu no Oriente Médio não admitia outra solução que não aquela efetivada à força pela Nakba.

Considero fantasiosa a hipótese de que desde meados dos anos 1930 a liderança sionista estivesse resolvida a expulsar os árabes em massa da Terra Santa. Herzl nunca pôs os pés lá e aquilo que confidenciou a seu diário dois anos antes do I Congresso Sionista não comprova nada. E as declarações de Ben Gurion são citadas fora do contexto. A proposição do Estado binacional árabe-judeu provavelmente esteve na ordem do dia até revelar-se sua inviabilidade com os levantes árabes e a notícia do Holocausto (a qual provavelmente liquidou a esperança de que a imigração em massa dos judeus europeus pudesse estabelecer algum equilíbrio demográfico entre as duas comunidades).

Parece não haver dúvida de que houve matanças e expulsões por terror provocadas por tropas judias — e hoje, passados mais de cinquenta anos, não é mais decisivo saber se esses atos alcançaram uma escala tal que explique a emigração de 700 mil árabes palestinos ou se muito dessa emigração foi resultado da guerra movida pelos exércitos invasores. O que não dá para tomar como provado ou mesmo como provável é que a liderança sionista já havia secretamente decidido que os árabes teriam de ser todos expulsos para que o Estado judeu pudesse existir. Se a hipótese de Anderson fosse verdadeira, como explicar que após a vitória em 1949 o governo de Israel tenha permitido que 160 mil árabes (quase um terço do número de judeus) permanecessem dentro de suas frontelras, quando poderia tê-los igualmente despejado? E por que Israel permitiu, depois da guerra de 1967, que mais de um milhão e meio de palestinos permanecessem nos territórios ocupados, se o objetivo era uma limpeza étnica do "terreno escolhido"? Para Anderson, porque eram "demasiados para digerir como subcidadãos ao estilo 1950 ou para expelir como refugiados ao estilo 1948".

As razões aduzidas por Anderson expõem o seu apriorismo: *supondo* que Israel quisesse anexar os territórios e limpá-los de seus habitantes árabes, se não o fez é porque não pôde. Particularmente arbitrário é o argumento de que o seu número seria demasiado para serem admitidos como cidadãos como os 160 mil que permaneceram dentro das frontelras de Israel, considerando que entre 1949 e 1967 o relacionamento entre árabes e judeus foi razoavelmente pacífico.

Outra leviandade de Anderson é reduzir a uma dissensão meramente tática as profundas divergências entre trabalhistas e nacionalistas (do Likud) sobre fazer ou não concessões territoriais aos palestinos. Elas custaram a vida a Rabin e dividem o *Ishuv* e a diáspora em campos opostos. A tese de que o sionismo é um todo antiárabe compacto contraria os fatos históricos. Daí também a incompreensão do significado dos Acordos de Oslo e do seu evitável malogro.

Delxando o pantanoso terreno moral das atitudes explícitas e das intenções ocultas, pode-se constatar que a aprovação da Lei do Retorno — que dá a qualquer judeu de qualquer lugar do mundo o direito de morar em Israel, enquanto se nega aos palestinos expulsos ou emigrados forçados o direito de voltar ao lugar em que nasceram — não pode ser justificada por critério algum que não o do nacionalismo étnico e religioso. Houve efetivamente uma perversão do sionismo, que resultou na transformação de Israel num Estado judeu e numa teocracia, tornando cidadãos de segunda classe todos os habitantes não-judeus de Israel. O que fica claro do próprio relato de Anderson é que essa perversão foi em grande medida uma reação à profunda hostilidade de parte da população árabe em relação aos judeus (belrando o anti-semitismo) e a Israel. Essa hostilidade se exprimiu periodicamente sob a forma de atrocidades contra população civil, em particular contra moradores de assentamentos rurais, que vêm ocorrendo desde pelo menos 1920.

O movimento sionista sempre foi bastante desunido em matéria de religião, língua, identidade judaica etc., e também quanto ao relacionamento com os vizinhos árabes. O mais lógico é supor que até o grande *pogrom* anti-semita de 1936-39 ao menos boa parte do sionismo contemplasse a perspectiva de construir uma convivência razoável entre judeus e maometanos. Depois, em razão do sangue derramado de lado a lado, a maioria do sionismo parece ter decidido que tal convivência tornara-se impossível. Isso não justifica a perversão de reservar a maior parte da Palestina (incorporada a Israel) aos judeus do mundo (muitos dos quais não têm qualquer intenção de fazer uso desse direito) enquanto se exclui de forma permanente uma vasta população palestina, que precisa e deseja retornar à Terra Santa — mas aponta para o fato de que os palestinos também são culpados da perversão de seus adversários, os quais igualmente são culpados da radicalização dos palestinos. Sobre essa radicalização Anderson nada tem a dizer, mas ele não pode ignorar que as lideranças da intifada não escondem que seu objetivo é jogar ao mar todos os judeus que vivem na Terra Santa.

Segundo Anderson, a intifada de 1987, outro "movimento de resistência civil espontâneo e desarmado", terminou com as vitórias dos Estados Unidos na Guerra Fria e na Guerra do Golfo:

Com o colapso da União Soviética e desbaratado o último Estado do Oriente Médio capaz de oposição a Washington, a causa palestina ficou isolada e a diplomacia americana desimpedida para ordenar um tradicional bolsão de instabilidade. A Conferência de Madri e os

Tratados de Oslo foram os equivalentes locais da extensão da Otan para a Europa Oriental e a guerra nos Bálcãs: tratava-se de costurar os rasgos deixados por um abalo global.

De repente, o movimento espontâneo de resistência civil não pode prescindir do apoio da União Soviética e do Iraque. Se assim fosse, judeus e palestinos não passariam de peões das grandes potências.

Deixando de lado essa visão caricatural da relação entre os contendores e a superpotência, Anderson oferece uma perspectiva nova e convincente sobre os resultados dos Acordos de Oslo para os palestinos, a qual explica, em certa medida, a intifada em curso:

Passados oito anos, as FDI permanecem no absoluto controle de 60% da Cisjordânia e "compartilham" o controle de outros 27%; um novo complexo de estradas exclusivas para israelenses, construídas em terras confiscadas, divide e cerca os residuais enclaves sob autoridade palestina; o número de colonos judeus, que monopolizam 80% de toda a água nos territórios ocupados, virtualmente dobrou; a renda per capita da população palestina caiu em um quarto nos primeiros cinco anos depois dos Tratados, e desde então tem minguado ainda mais.

Apesar de prováveis exageros, a descrição revela uma verdade essencial: os Acordos de Oslo produziram uma relação profundamente desigual entre os dois Estados que deveriam partilhar o território da antiga Palestina. Desigualdade que estava presente desde o ponto de partida e que só poderia ser mitigada se houvesse algo como uma genuína reconciliação entre as partes.

Anderson (seguindo a argumentação de Edward Said) evoca o caso da África do Sul, em que uma maioria oprimida, militarmente batida, foi capaz de superar a dominação apelando para a opinião pública mundial. Ele credita em boa medida ao apoio dos afro-americanos a vitória dos negros sul-africanos, contrastando-a com a fraqueza da causa palestina em face do poderio do *lobby* judeu nos Estados Unidos e da ampla simpatia pelos judeus na Europa. Mas ele desconsidera algo muito mais fundamental: os brancos da África do Sul fizeram autocrítica do *apartheid* e repudiaram os crimes cometidos contra os negros, inclusive durante o longo período de transição. A África do Sul não foi dividida em dois Estados, mas os brancos cederam aos negros todo o poder político e estes se mostraram generosos, preservando os direitos da população branca, inclusive o seu privilegiado *status* socioeconômico. Mandela, na cadeia, depois na mesa de negociação e finalmente na chefia do Estado, foi capaz de conquistar o respeito dos brancos sem perder o apoio dos negros. Lastimavelmente nada nisso houve entre palestinos e judeus: nenhum lado fez autocrítica, nenhum cedeu poder

ao outro, exceto em condições humilhantes para o lado "beneficiado", nenhum dos dois povos teve oportunidade de se mostrar generoso, evocando sentimentos análogos no outro.

A evolução em Israel mostrada por Anderson é profundamente contraditória. De um lado, o neoliberalismo triunfou numa escala inesperada na terra marcada pelo *kibutz* e pela Histadrut como implantes socialistas de excepcional autenticidade e duração: os *kibutzim* estão adotando regras de mercado e usam cartões de crédito para repartir a renda e disciplinar o consumo, enquanto a

peça central do império industrial da Histadrut, a maior corporação de Israel, foi abocanhada e revendida por Disney; a rede de saúde foi desmantelada sob Rabin; o maior banco do país, antes também uma instituição da Histadrut, foi privatizado por Netanyahu. [...] Na Israel de hoje os gastos sociais são mais baixos que nos Estados Unidos. O país tomou-se uma das duas sociedades mais desiguais do mundo capitalista avançado.

De outro lado, surge ali uma onda de revisão crítica da história do país:

É lá que a dinâmica colonial do sionismo tem sido mais profundamente perscrutada; os mecanismos e a escalada das expulsões de palestinos, documentados; o conluio com sucessivos poderes imperiais, evidenciado; a sanção legal da tortura, contestada; a natureza confessional do Estado, denunciada.

Anderson fala da emergência duma produção científica "pós-sionista", que rejelta a mitologia oficial e tem como compromisso único a verdade histórica. Ao mesmo tempo registra uma luta cultural entre o Likud e os trabalhistas "absolutamente desproporcional às contradições reais [...], como que dissimulando aos próprios adversários a profunda unidade entre eles".

A descrição desse novo panorama em Israel é atraente, sobretudo ao tecer paralelos e contrastes com os Estados Unidos, cuja influência sobre Israel é difícil de superestimar. Mas a tese da unidade mais profunda só se sustenta quando o termo de referência são os palestinos. Efetivamente, nenhum dos críticos do sionismo e de suas práticas passadas e presentes está disposto a entregar a segurança dos judeus à generosidade de Arafat e seus companheiros. Nas palavras de Anderson,

a pesquisa destemida e o juízo não-comprometido que têm caracterizado as suas investigações sobre o passado refrelem-se inopinadamen-

te no presente, tão logo se ponham questões políticas: leões na análise, esses autores são cordelros prescritivos. Nenhum deles questionou Oslo seriamente, para não falar de Camp David. Mais de um derramou-se ante Barak.

A fraqueza do posicionamento de Anderson é que ele não considera em momento algum que algo como justiça entre judeus e palestinos teria de ser precedido necessariamente por reconciliação. A única razão possível para o seu alinhamento com os palestinos é que eles têm sido a parte mais fraca no conflito, o lado que mais vezes foi derrotado. Mas esse fato não torna sua causa mais justa. Anderson mostra convincentemente que os dois nacionalismos em choque se equivalem. Nenhum é melhor do que o outro e ambos querem o mesmo: exclusividade sobre o território do que para ambos é Terra Santa. Se o sionismo se tornou um nacionalismo étnico e religioso perverso, o nacionalismo palestino não o é menos.

O artigo de Perry Anderson, que trata profusamente do cenário político, econômico e cultural do *Ishuv*, cala sobre o que se passa do lado palestino. Sem qualquer visão crítica, ele se limita a lamentar:

Não obstante a fibra da resistência dos palestinos às FDI, sua condição frágil não permite que alimentem muita esperança de obter justiça por si próprios [...]. Enquanto persistir a intifada, fora de controle, a Autoridade Palestina irá ganhar tempo. Mas nenhum levante pode durar para sempre: sob inclementes bloqueios e artilharias embaçadas, a população palestina pode bem se exaurir e qualquer espécie de paz lhe parecerá preferível à continuação de uma guerra desigual. Quem poderá culpá-la?

Pelo que sabemos, a intifada degenerou em terrorismo contra a população civil judia. A população palestina pode apoiá-la, mas não se deve acelerar isso como pressuposto. Prefiro supor que ainda resta muito de sentimento de solidariedade humana em palestinos e judeus, de modo que o terror dos homens-bomba, de um lado, e o terror oficial das represálias, do outro, provavelmente não contam com o apoio da maioria dos dois povos. Nos dias de hoje não dá para contemporizar com o terror que se volta contra inocentes, venha de onde vier. A verdadeira tragédia do conflito entre judeus e palestinos é que nenhum dos lados pode vencê-lo mas cada qual tem força e empenho suficiente para matar e mutilar inocentes do outro lado e nele evocar respostas idênticas contra seu próprio povo. O extremismo terrorista cresce em ambos os lados e as vozes dos que querem negociar e se reconciliar são cada vez menos ouvidas.

O pós-sionismo poderá produzir mudanças profundas na opinião pública israelense, que tem elevada escolaridade e é sensível a uma revisão

Recebido para publicação em
18 de dezembro de 2001.

Paul Singer é professor da FEA-
USP. Publicou nesta revista "A
dimensão histórico-política da
globalização" (nº 48).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 62, março 2002
pp. 61-71

histórica bem-felta, como parece ser a de que se serve Anderson. Sendo Israel o lado mais forte, é vital que desenvolva alguma consciência de culpa que o predisponha a conciliar. Talvez do lado palestino algo análogo venha a surgir. O que permite alguma esperança é que o terrorismo sempre foi, e com toda probabilidade continua sendo, uma atividade de muito poucos. A confusão de Perry Anderson entre terrorismo e resistência popular é patética, além de desorientadora. Em lugar algum o terrorismo derrubou alguma ditadura ou dominação nacional. Em compensação, conflitos de longa duração têm sido encerrados por reconciliação, não apenas na África do Sul mas também em El Salvador, na Guatemala e no Ulster. A paz pela reconciliação pode produzir justiça. O terror contra inocentes só pode produzir mais terror.

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)

existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB)

é uma publicação semestral que já conta com 44 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 25

Internacional: US\$ 50

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 50

Internacional: US\$ 90

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____